

Micropolíticas LGBT no Espaço Urbano de Uberlândia-MG

LGBT Micropolitics in the Urban Space of Uberlândia-MG

Micropolíticas LGBT en el Espacio Urbano de Uberlândia-MG

*Cássio Henrique Naves Mota. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil.
E-mail: cassiohmota@gmail.com*

*Luiz Carlos de Laurentiz. Professor doutor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil.
E-mail: ludelaurentiz@ufu.br*

Resumo

A hegemonia que rege a sociedade contemporânea é capitalista, heteronormativa, misógina e patriarcal, tendendo a favorecer camadas econômicas e sociais específicas. O efeito de seu poder pode ser visto nas cidades, pelos grandes empreendimentos como condomínios fechados ou shopping centers que visam à experiência de atores que tenham dinheiro e sejam aceitos no padrão societário. Dessa forma, a apropriação da cidade por atores sociais abnegados e rejeitados como as pessoas LGBT pode se configurar como o que Deleuze e Guattari (1996) consideram como micropolíticas, subvertendo usos do espaço urbano de maneira extensiva para obter sua visibilidade espacial. O objetivo do trabalho é tecer um relato a partir da observação participante e revisão bibliográfica sobre as naturezas de apropriações e subversões espaciais de pessoas LGBT no território urbano de Uberlândia-MG, na contemporaneidade. Também tem como objetivo demonstrar como a visibilidade dessas micropolíticas é necessária para que arquitetos e urbanistas se destituam da falácia do discurso neutro e apolítico de projeto e entendam o espaço urbano como diverso e plural. Enquanto uma cidade heterocissexista é projetada e produzida, a população LGBT subverte seus espaços para realizar suas sociabilidades.

Palavras-chave: Micropolíticas LGBT; Espaço urbano; Apropriação espacial; Ocupação espacial.

Abstract

The hegemony that governs contemporary society is capitalist, heteronormative, misogynist and patriarchal, tending to favor specific economic and social strata. The effect of this power can be seen in the cities, in big enterprises like closed communities or shopping centers that aim at the experience of actors who have money and are accepted

in the societal standard. Thus, the appropriation of the city by rejected social actors such as LGBT people can be configured, as Deleuze and Guattari (1996) would understand as micropolitics, using urban space in an extensive way to obtain its spatial visibility. This article goal is to build a story from participant observation and literature review about the nature of spatial appropriations and subversions by LGBT people in the urban territory of Uberlândia-MG in the present-day. It also has the end to show how necessary it is to make these micropolitics visibles for architects to let go of the neutral, apolitical project discourse fallacy and to understand urban space as diverse and plural. While a heteronormative cisgendered city is planned and produced, the LGBT population subvert them spaces to perform their sociabilities.

Keywords: LGBT micropolitics; Urban space; Space appropriation; Space occupation.

Resumen

La hegemonía que gobierna la sociedad contemporánea es capitalista, heteronormativa, misógina y patriarcal, tendiente a favorecer estratos económicos y sociales específicos. El efecto de su poder se puede ver en ciudades, por grandes empresas como condominios cerrados o shopping centers que buscan la experiencia de actores que tienen dinero y son aceptados en el patrón corporativo. Por lo tanto, la apropiación de la ciudad por parte de actores sociales rechazados como las personas LGBT, se puede configurar como Deleuze y Guattari (1996) consideran como usos micropolíticos y subvertidos del espacio urbano para obtener su visibilidad espacial. El objetivo de este trabajo es proporcionar una descripción de la observación participante y la revisión bibliográfica sobre la naturaleza de las apropiaciones y subversiones espaciales de las personas LGBT en el territorio urbano de Uberlândia-MG, en la actualidad. También pretende demostrar cómo la visibilidad de estos micropolíticos es necesaria para que los arquitectos y urbanistas desechen la falacia del discurso del diseño neutral y apolítico y entiendan el espacio urbano como diverso y plural. Mientras se diseña y produce una ciudad hetero-cissexista, la población LGBT subvierte sus espacios para realizar sus actividades.

Palabras clave: Micropolíticas LGBT; Espacio urbano; Apropiación espacial; Ocupación espacial.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA E O CAPITAL

Na sociedade em que vivemos é comum que as cidades se desenvolvam subjugadas ao sistema capitalista e às suas prioridades, formando paisagens urbanas encerradas por cercas que demarcam a propriedade, câmeras de vigilância monitorando o comportamento das vizinhanças e ruas mal iluminadas que criam áreas de penumbra para seus passantes. As classes economicamente privilegiadas detêm uma grande autonomia para intervir no espaço urbano e dependem da produção de segregação espacializada para a manutenção de seu poder, pois é por meio dela que o controle dos corpos, recursos e lucros é facilitado. A cidade deliberadamente dividida por classes sociais é então produzida pela elite auxiliada por três mecanismos: o controle do mercado imobiliário, o controle do Estado e a produção de ideologias que naturalizem a condição em que seus cidadãos vivem e moram (VILLAÇA, 2001). De um lado, condomínios fechados e empreendimentos de alto padrão como shopping centers e bairros planejados; de outro, favelas e o descaso do poder institucional com o espaço público, o saneamento e a infraestrutura.

As alternativas de morar das classes abastadas, entre altos muros, separadas do restante da sociedade, podem ser configuradas no que Debord (2003) classificaria como uma estratégia de isolamento da população mantida por meio do controle espacial e da utilização dos grandes meios de comunicação, facilitando para que o poder de classe seja mantido nas mãos de quem é mais privilegiado e para que assim a “ordem” na rua seja mantida. A ideologia dominante constrói uma ideia de que a diversidade proporcionada pelos espaços públicos está diretamente relacionada a conflitos, e, dessa forma, a lógica de criar novas espacialidades, como ambientes privados e vigiados, megaconstruções de consumo e demais espaços que sejam diferentes da rua, da praça e de outras espacialidades públicas, é pacificar e neutralizar esses conflitos (JACQUES, 2010).

Essa vivência nova, asséptica, extremamente controlada e desenhada para pessoas específicas contribui para que ocorra um processo de “culturalização” dos centros urbanos (JACQUES; VAZ, 2006), onde as manifestações populares de cultura são desmotivadas ou invisibilizadas. Entretanto, a indústria cultural é fortalecida com estratégias que consideram a cultura como mercadoria, espaço como lucro e vida pública como um privilégio destinado somente às elites. Estabelecimentos de lazer fechados e bem iluminados, como shopping centers e clubes, com acessos controlados por cancelas que delimitam o tipo de público a ser recebido, tentam eliminar os conflitos e as diferenças, buscando a vida apenas entre iguais em classe social, gênero, sexualidade e raça, enquanto a cidade fora dos muros que tem sua potencialidade de ser um espaço em transformação permanente, promovida pela tensão entre as diferenças dos atores sociais que dela participam (JACQUES, 2010), é preterida na produção urbana.

Uberlândia, o município mais populoso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e segundo maior de Minas Gerais, tem médio porte e grande destaque nas dinâmicas socioeconômicas de seu entorno. Cresceu por causa das políticas de incentivo às médias cidades após 1960 no Brasil e também por se localizar em entroncamentos de vias que ligam Rio de Janeiro e São Paulo à Região Centro-Oeste (SILVA, 2014). Por causa de posição econômica e geográfica estratégica no Brasil, tornou-se um polo de atração regional, capitalizando recursos dos centros urbanos vizinhos (SILVA, 2014).

A relação simbiótica que o desenvolvimento econômico de Uberlândia mantém com o fomento do seu mercado imobiliário perdura até hoje e existe desde pelo menos 50 anos de sua fundação, em 1891, quando de 1937 para 1938 a oferta de lotes cresceu quase 50%, enquanto sua população não aumentou consideravelmente, mantendo uma proporção de 353 lotes para cada 1000 habitantes” (SOARES, 1997). Atualmente, a cidade localiza-se dentro da lógica da culturalização por causa das megaestruturas desenvolvidas para atrair investimentos e esvaziadas de cultura local.

A ideologia que promove o território globalizado dos shopping centers e de suas lojas franqueadas, como o Uberlândia Shopping (SILVA, 2012), e os bairros planejados e financiados com a iniciativa privada que prometem uma vida na cidade com segurança, cultura e lazer, como o bairro Granja Marileusa (BATISTA, 2018), garantem que Uberlândia seja uma cidade feita para os ricos, enquanto trabalhadores informais, prostitutas, pessoas em situação de rua e demais minorias sociais são esquecidos nessa lógica do produzir cidade. Como forma de resistência a esse modelo capitalista de produção da urbe, esses indivíduos plurais se apropriam do espaço público como um todo: o lugar anônimo da rua também significa moradia, afetividade, trabalho, lazer e expressão cultural.

A APROPRIAÇÃO DA CIDADE COMO LEGITIMAÇÃO DOS PODERES

Os protagonistas da subversão das cidades então são os marginais: camelôs, traficantes, catadores e demais participantes da subcidade na margem da globalização (CASTRO, 2009), pessoas que se movem na contracorrente das contas correntes movimentadas nos bancos e da epopeia caótica do movimento casa/trabalho durante a semana uberlandense, por exemplo. Para essas pessoas, a cidade é experienciada de forma diferente do que a norma impõe. Essas formas de contestação e produção alternativa de como as cidades são projetadas e vividas são registradas desde pelo menos o início da modernidade, período que deixou de lado a relação corpo/cidade e as incorporações e apropriações do espaço público (JACQUES, 2012). Com essas discussões surgiram muitas maneiras de enxergar o urbano pelo olho de sua população, buscando reanimar a experiência não planejada e desviatória do espaço. Essa cidade então é diferente, tem um aspecto nômade, transitório e informal, ao mesmo tempo que certas localidades podem adquirir identidades específicas de grupos urbanos, com espaços transformados em territórios ou pontos de encontro, e fatores como esses não são programados pelo arquiteto ou por outro profissional que se encarrega de projetar as cidades.

Em Vigiar e punir, Foucault (2014) defende que a arquitetura é um mecanismo de domesticação dos corpos que representa a autoridade e ordem, um mecanismo que observa, vigia, fica à espreita. O urbano como um todo, assim como as escolas, prisões e outras estruturas disciplinares, é dividido em fragmentos fáceis de se controlar, marcando a exclusão espacial, em que seus indivíduos são classificados por oposições binárias como perigosos/inofensivos, normais/anormais, violentos/seguros, héteros/gays, ricos/pobres. Para o professor José Miguel G. Cortés (2008), o uso de linguagens universalistas em arquitetura traduz-se em uma suposta neutralidade técnica e descritiva, de natureza extremamente racionalista, o que possibilita às elites a utilização da arquitetura e do urbanismo como mecanismos que produzem segregação na cidade, realçando as diferenças sociais e negando espacialmente as minorias. A arquitetura parece servir assim a um cidadão comum e sem características específicas, seja em gênero, sexualidade, etnia ou classe social. É como se o espaço das cidades fosse experimentado por todos seus moradores

de uma mesma forma, obedecendo às funções atribuídas a cada lugar e ambiente pelos arquitetos, onde um banheiro é apenas um lugar destinado a necessidades fisiológicas e uma esquina é somente um ponto de cruzamento entre duas vias.

Foucault (2014) classifica as arquiteturas que criam “corpos dóceis” como parte de uma estrutura que chama de “poder disciplinar”. No século XIX, concomitante aos estudos do “nascimento” do “poder disciplinar”, o filósofo também estuda como o Estado controla o corpo das pessoas, com a popularização de estratégias para higienização das cidades e dos corpos, o controle de natalidade, os discursos de sexo e gênero normatizadores e demais ferramentas de poder para controle da vida humana em nível coletivo, o que ele denomina de “biopoder” (Foucault, 2008). Por meio do “biopoder” então, indivíduos transviados das normas de sexualidade e gênero são patologizados, criando-se rótulos científicos como “homossexuais” e “transgêneros”. O espaço para essas pessoas então, até os anos 1960, variava da cadeia para o sanatório, da punição à cura (TREVISAN, 2018), representando como o “biopoder” relaciona-se diretamente com o “poder disciplinar” em suas manifestações, promovendo políticas de controle do corpo amparadas por um tipo específico de arquitetura e de “fazer cidade”.

CORPOS LGBT E SUAS MICROPOLÍTICAS NO ESPAÇO URBANO

Como forma de sobrevivência plena na sociedade, aqueles que não se identificam com os modelos identitários heterossexuais cisgêneros impostos e não são aceitos pela hegemonia muitas vezes se apropriam do espaço público para suas interações sociais, afetivas e sexuais. Para Cortés (2008), os *gays* especificamente, pelo menos desde o final da década de 1960 e início de 1970, começaram a dar usos muito específicos e conferir conteúdos bem determinados a espacialidades, ocupando e apropriando lugares públicos (praias, parques) e redirecionando-os para um uso privado (e sexual). Além de ressignificar os espaços da cidade, a tomada de espaços públicos para um uso dissidente e não planejado tem como função “corporificar” necessidades que também não se encaixam na ideologia proposta pela elite, como a prática de relações sexuais impessoais, anônimas e contrárias aos conceitos de amor romântico e propriedade (CORTÉS, 2008).

Nos primeiros registros de apropriação do espaço urbano por pessoas LGBT, o banheiro público poderia/pode ser utilizado como ponto de encontro e a esquina se tornava/torna um estabelecimento comercial para prostituição, por exemplo. Até os dias atuais, a apropriação pública mantém grande relevância em encontros sexuais de pessoas LGBT. A penumbra do muro alto dos condomínios torna-se um ótimo ambiente para encontros noturnos, e os espaços fora do alcance de câmeras de segurança são ideais para o desejo, o proibido, onde a única forma de vigilância é o voyeurismo e a escassez de iluminação pública torna-se cenografia. Essas ações podem ser consideradas, de acordo com os estudos de Deleuze e Guattari (1996), como “micropolíticas”, pois são forças contrárias ao que a norma regente impõe e ao mesmo tempo invisíveis, discretas e difíceis de perceber quando não se vivencia a cidade fora de seus padrões.

De modo geral, portanto, as comunidades de pessoas LGBT mantêm um histórico universal de utilização do espaço público para sociabilidades de diversas naturezas: afetividade, manifestações culturais e militância. Castells (1983) também considera que a apropriação do espaço urbano sempre foi fundamental para a comunidade *gay* por causa dos preconceitos sociais, da repressão legal e da violência política que forçaram o homossexual a ser invisível dentro de seus próprios lares, assim como

na sociedade¹. Segundo Castells (1983), essa invisibilidade é o maior obstáculo para encontrar parceiros sexuais e ter uma vida aberta e livre de assédios, e, portanto, a comunidade sempre tendeu a estabelecer seus próprios territórios onde encontros fossem possíveis com base em valores sexuais, afetivos e culturais mútuos.

A própria ocupação do espaço público então é uma forma de se impor, se fazer visto e ir contra uma força totalitária que direciona a ordem e o controle por meio da arquitetura e do urbanismo. As interações LGBT ganharam novas possibilidades de existir além de encontros sexuais a partir do século XX, com as lutas dos direitos civis que eclodiram nas décadas de 1960 e 1970 principalmente nos Estados Unidos e também em lugares da Europa, saindo apenas do sigiloso para o espaço da militância. Essa garantia foi possível de existir também por causa da Rebelião de *Stonewall*² e inicialmente das “Paradas de Orgulho *Gay*”, marchas sobre vias públicas por direitos humanos e pela celebração de liberdade sexual (MATOS, 2015). Pode-se afirmar então que, assim como outros movimentos sociais em prol de direitos civis e outros tipos de sociabilidades realizadas pela agregação de corpos dissidentes em gênero e sexualidade, as relações de militância do Movimento LGBT também começaram genuinamente pela rua.

Dessa forma, com o avanço na luta pelos direitos civis e pelo empoderamento a partir da segunda metade do século XX, pessoas LGBT começaram a ter mais visibilidade e ser enxergadas pela sociedade, fazendo com que as apropriações subversivas e estigmatizadas dos espaços públicos não fossem os únicos locais de encontros para LGBTs. A partir dos anos 1950 e 1960, em grandes cidades do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro, surgiram os primeiros bares e casas noturnas GLS³, transformando também, por um período da noite, o seu entorno imediato, sendo então os pontos de encontro desses grupos específicos (GREEN, 1999).

Contemporaneamente, após algumas décadas desde os movimentos sociais que começaram a luta por uma visibilidade “LGBT”, a representação política e espacial dessa população na sociedade vem crescendo cada vez mais. Lugares de lazer para pessoas LGBT que antes de *Stonewall* eram fechados e sem identificação externa, hoje são visíveis na rua, com grandes vidraças para praças públicas (CORTÉS, 2008). Por um lado, criam-se espaços onde parte da população LGBT pode se encontrar e socializar sem o medo da repressão e violência (GREEN, 1999) e, por outro, são também estabelecimentos privados, baseados em uma cultura de consumo em que o acesso é muitas vezes controlado.

Para o filósofo István Mészáros (2006) em uma interpretação de Marx, a sociedade capitalista cria uma alienação humana, transformando todas as coisas e pessoas em “objetos alienáveis, vendáveis”, em que basicamente tudo vira mercadoria. É preciso então compreender que, em uma sociedade subjugada pelo sistema capitalista e heterocentrado, as próprias estratégias transgressoras do sistema podem ser assimiladas pelo capital e transformadas em um nicho de mercado domesticado e facilmente controlado. A partir disso surge a imagem de um “consumidor LGBT”, fazendo com que estabelecimentos privados criados para a interação social de

1 Aqui inscritos também podemos considerar outros grupos de pessoas LGBT, como transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais etc.

2 Rebelião de *Stonewall*: evento marco para a militância *gay*, LGBT e queer, ocorrido em 1969, em Nova York, no qual uma operação policial resultou em um confronto entre policiais e civis como protesto por abusos de poder e discriminação, dando origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT e a várias Paradas de Orgulho ao redor do mundo.

3 GLS: sigla de denominação anterior a LGBT, compreendendo *gays*, lésbicas e simpatizantes, homogeneizando no termo “simpatizantes” a população transgênera, intersexual, queer, bissexuais e demais atores que fogem da norma heterocisgênero.

peças fora da norma de sexualidade e gênero sejam formas de acumular capital. Tais espaços são muitas vezes idealizados para públicos específicos, como homens, *gays*, brancos, jovens e de classe média alta, reforçando assim as próprias contradições e relações de poder e segregação dentro dessa comunidade, pois esses indivíduos mantêm um histórico de poder aquisitivo maior que outros subgrupos da camada LGBT, por terem se estabelecido primeiro no mercado de trabalho e por estarem dentro da lógica hegemônica de reproduzir misoginia e fortalecer o patriarcado (CORTÉS, 2008).

Isso destaca ainda como o poder vigente auxilia na estratificação do que é considerada uma comunidade “LGBT”, avaliando algumas questões e corpos específicos como mais importantes do que outros. Existem mais aberturas para homens *gays* no comércio e lazer, pois o consumo homossexual masculino é mais visado, por um histórico de bons trabalhos e poucos encargos familiares (CORTÉS, 2008), enquanto lésbicas e bissexuais são invisibilizados, e parte da população trans e travesti ainda luta para a conquista de espaços seguros e para ter suas próprias identidades reconhecidas, chegando a ser barrada em lugares considerados LGBT/*gay-friendly*.

Por se tratar de um centro urbano que agrega grande parcela da população da mesorregião, Uberlândia mantém uma dinâmica social e espacial diversificada e heterogênea, e também é uma das cidades do entorno que mais possui estabelecimentos que estejam propensos a sociabilidades entre grupos de pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre outros, como casas noturnas e saunas em atividade. Esse fato acontece auxiliado por sua forma de urbanização, que acontece aliada à modernização urbana e social (FREITAS, 2016).

Caminhando pelas ruas de Uberlândia é possível perceber que a cidade possui grandes apropriações do espaço público para a interação de pessoas com sexualidades e gêneros dissidentes, desde aqueles de caráter sigiloso, que englobam parte desprivilegiada da população até os de caráter mais universal como a Parada LGBT, considerada um exemplo de ocupação espacial de resistência e coexistência na cidade. O evento concretiza-se a partir de uma passeata pela área central da cidade de Uberlândia. A concentração acontece na Praça Clarimundo Carneiro, onde milhares de pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e também heterossexuais que apoiam o movimento LGBT, enchem a praça ao redor de trios elétricos, enquanto esperam o horário definido para que comecem a percorrer o trajeto por vias centrais da cidade. Teve seu início em 2002 e ocorre anualmente desde então, sendo incluído no calendário oficial de eventos do município em 2015. É em parte desse trajeto também que ocorreram ao longo do tempo várias manifestações de cunho social e político em Uberlândia, passando sempre por edifícios de representação cívica como as sedes da antiga prefeitura e do antigo fórum municipal.

As boates que se consideram LGBT de Uberlândia são frequentadas em grande maioria por homens *gays* de classe média, lésbicas e *drag queens* e se localizam em sua grande maioria no centro da cidade, entre avenidas movimentadas, praças com grande fluxo de pessoas no fim de semana, ruelas e becos com pouca iluminação. Percebe-se uma relação íntima entre o espaço coletivo e privado de algumas boates do centro e o espaço público. Alguns fumódromos externos possibilitam que as pessoas (fumantes ou não) transitem dentro/fora do eixo boate/rua. A rua então vira boate, o banheiro ou a ruela se transformam em motel, e as pessoas se sentem encorajadas a se impor na cidade, auxiliadas pelo agrupamento e pertencimento de pessoas semelhantes. A exploração dos mais variados sentidos da cidade por um grande número de pessoas é

dessa forma visibilizada espacialmente, criando contatos com passantes de diferentes planos de fundo. A interação entre essas pessoas é legitimada pela agitação de jovens que passam de carro ao som de sertanejo universitário e buzina ou gritam para abrir passagem na rua ou por famílias inconsoladas que ali atravessam no caminho a um velório em uma das funerárias próximas. É nesse mesmo interstício que ocorre a ocupação de outras manifestações temporárias no espaço. Nas noites de sábado, todos os gatos pardos podem ser coloridos, e a cidade reflete um caos aparentemente organizado, em que as pessoas transviadas criam novas funções para o espaço público. A própria espacialidade contida e labiríntica das baladas de Uberlândia é um dos fatores a potencializar a experiência de seus usuários em gênero, sexualidade e sexo. Desde os mais antigos *dark rooms* até os mais ordinários banheiros públicos, os lugares escolhidos para a apropriação de pessoas com intenções intimistas ou sexuais são em sua maioria encurralados, escuros e reservados.

No geral, a administração dos clubes ditos LGBT de Uberlândia é conivente com demonstrações de afeto plurais, desde que ocorram dentro da legalidade penal. Isso facilita que as pessoas se sintam mais à vontade com seus corpos e que assim as boates virem ponto de encontro e contato afetivo entre esse público. A equipe de segurança do próprio clube, no entanto, pode servir como reguladora do que se passa nesse espaço, fazendo com que as demonstrações de afeto mais íntimas sejam veladas ou escondidas, enquadrando-se na regra dos encontros sexuais que acontecem nos banheiros públicos, parques e demais espaços livres.

A vigilância e repressão que acontecem nos espaços públicos afetam de formas diferentes outros atores sociais, uma parte das pessoas LGBT que tem as expectativas e necessidades mais emergentes de acordo com os marcadores sociais que as subjetivam. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, por exemplo, é de 35 anos, e a causa da mortalidade na maioria das vezes é de transfobia (BORTONI, 2017). Enquanto uma parcela de pessoas LGBT está sendo atendida pelo comércio e lazer especializados, outra parcela é majoritariamente invisibilizada, assassinada e expulsa tanto da sociedade quanto das próprias famílias. Uma parcela altamente significativa de travestis e transexuais, por exemplo, é expulsa de suas casas e obrigada a encontrar outra moradia. Por causa da exclusão do mercado tradicional de trabalho, muitas delas são condenadas à prostituição nas ruas da cidade, realidade de parte da população transexual e travesti de Uberlândia. Olhando apenas por um levantamento do programa de extensão "Em Cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania"⁴, da Universidade Federal de Uberlândia, estima-se que cerca de 140 travestis circulem pela cidade por ano. Existem também na cidade duas casas de moradia coletiva destinadas a travestis e transexuais expulsas de casa (CARRIJO, 2012). Além de travestis e transexuais, outros corpos também enxergam a prostituição como única fonte de renda para subsistência, realçando as ruas de Uberlândia em certas localidades como eixos de prostituição.

Nessa perspectiva, a relação entre sexo e espaço urbano fica cada vez mais estreita. Existe a determinação de territórios apropriados por prostitutas e michês, e há também nesse caso a apropriação do espaço público para sociabilidades sexuais. Alguns dos "pontos" escolhidos para a prostituição em Uberlândia já foram localizados no centro da cidade, em avenidas e cruzamentos importantes, mas, por conta de estratégias

4 O programa "Em Cima do Salto" é um projeto criado em 2006, coordenado pela Prof. Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira, que trabalha com travestis e transexuais de Uberlândia, focando sua atuação na área da saúde física e mental, sexualidade, gênero, direitos humanos, prostituição, políticas de inclusão etc.

de higienização, gentrificação, violência urbana e demais fatores regidos pelo poder público e do capital, essas sociabilidades acontecem cada vez mais nas periferias, nos entornos de rodovias e nos demais lugares com o caráter líquido e volátil, longe do que é considerado e imposto como normal e correto.

Há ainda na contemporaneidade a presença do meio digital como um tipo de espacialidade virtual que conecta as pessoas e torna possíveis sociabilidades de diferentes naturezas. Nas redes sociais, as pessoas podem ser agentes de interação, independentemente da distância física em que se encontram (FREITAS, 2016). Existem aplicativos desenvolvidos para o encontro de semelhantes baseados na distância física em metros entre as duas pessoas, como meio de facilitar o relacionamento pela proximidade, pela praticidade e pelas características específicas escolhidas por esses usuários, desde altura até o tom de pele. Ao mesmo tempo que os “territórios digitais” podem ser grandes facilitadores para o encontro dessas pessoas na cidade e nos próprios lares, com intenções pré-acordadas por todas as partes, também são grandes responsáveis pelo esvaziamento de espaços da cidade subvertidos para encontros afetivos e sexuais, e, nesse contexto, o parque, o beco, o *dark room*, o cinema e a sauna são cada vez mais esvaziados, sucateados e menos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que arquitetos e urbanistas, gestores urbanos, construtores civis e demais agentes participantes na edificação das cidades estejam próximos de parte da população desviante dos padrões societários e tenham consciência de como ela vivencia a cidade e a ressignifica, para que assim consigam realizar projetos que não sejam tábulas rasas, homogêneas em superfície. Uma rua escura, um *layout* de banheiro ou até o planejamento urbano podem auxiliar ou prejudicar que mais pessoas se sintam livres para manifestar sua sexualidade e performar seu gênero, e é preciso que a pluralidade sexual e de gênero seja considerada para realizar projetos de cidades que sejam humanas e diversas e que permitam que, como Jacques (2010) prevê, aconteçam tensões e conflitos entre os diferentes atores sociais que se apropriam do urbano.

É preciso entender também que, na dinâmica atual, a ordem do capital prevalecendo na cidade faz com que espaços de interação LGBT fechados, como os clubes, sobrevivam apenas se forem direcionados a determinado público dentro da comunidade. Nas últimas duas décadas em Uberlândia, mais de dez estabelecimentos como boates e saunas que mantinham públicos de diferentes classes sociais deixaram de existir, enquanto as casas noturnas que resistem mantêm uma identidade visual e público semelhantes. Esse processo se assemelha muito ao que acontece na gentrificação da cidade, em que os locais mais acessíveis são substituídos pelos de maior padrão financeiro.

Os projetos de cidade contemporânea são majoritariamente pensados e projetados para as necessidades de pessoas heterossexuais e cisgêneros que se enquadram nas normas impostas de como uma sociedade deve se comportar e mantendo uma perspectiva conservadora de suas vidas sexuais. Para pessoas heterossexuais e cisgêneros, a oportunidade de realizar sociabilidades de afetividade e sexo dentro de seus próprios lares é considerada a regra e não um escasso privilégio, enquanto parte da população LGBT não se sente segura ou livre para expressar sua sexualidade dentro de casa, com a família. Também para pessoas dentro do padrão hetero-cis, a utilização do espaço público em tempo integral, podendo expressar seu gênero

e sexualidade, acontece de forma natural, enquanto travestis, transexuais, *gays*, lésbicas e bissexuais são violentados ou morrem diariamente nas ruas brasileiras por tentarem fazer o mesmo. Restam então para as pessoas LGBT, assim como para negros, pessoas da periferia, imigrantes, trabalhadores irregulares ou ilegais e demais subalternos urbanos, a apropriação do que podem nos territórios públicos e o regozijo de uma cidade feita de transações, cercas, vigilância e penumbras.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, I. T. *Transformações socioespaciais recentes no setor leste da cidade de Uberlândia-MG*. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: out. 2018.
- CARRIJO, G. G. *(Re)apresentações do outro: travestilidades e estética fotográfica*. 2012. 315 f. Tese (Doutorado em multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots*. Los Angeles: University of California Press, 1983.
- CASTRO, D. A. *Resistores urbanos*. 2009.198 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- CENSO demográfico 2010. Amostragem: migração. Uberlândia: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/23/24007?detalhes=true>. Acesso em: jun. 2018.
- CORTÉS, J. M. G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Senac, 2008.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p.
- FREITAS, B. *Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em Uberlândia, MG*. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012. 331 p.

- JACQUES, P. B. Notas sobre cidade e cultura. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (org.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: Edufba, 2010. p. 161-166.
- JACQUES, P. B.; VAZ, L. F. Territórios culturais na cidade de Rio de Janeiro. In: JEUDY, H.-P.; JACQUES, P. B. (org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: Edufba, PPG-AU/FAUFBA, 2006.
- MATOS, T. C. *A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca*. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SILVA, J. P. G. *As políticas públicas de planejamento e o desenvolvimento urbano de Uberlândia (MG)*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- SILVA, K. N. da. *Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SOARES, B. R. Uberlândia: da boca do sertão à cidade jardim. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, ano 9, n. 18, p. 95-104, jul./dez. 1997.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018. 552 p.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001. 373 p.